

## **O PROEJA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DESAFIOS E AVANÇOS**

**Amélia Cristina REIS E SILVA (1); Dante Henrique MOURA (2); Maria das Graças BARACHO (3)**

(1) CEFET/RN, e-mail: [amelia@cefetrn.br](mailto:amelia@cefetrn.br)

(2) CEFET/RN, e-mail: [dante@cefetrn.br](mailto:dante@cefetrn.br)

(3) CEFET/RN, e-mail: [gracabaracho@cefetrn.br](mailto:gracabaracho@cefetrn.br)

### **RESUMO**

Este artigo objetiva discutir o surgimento do Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, bem como tratar da formação de professores para atuarem nessa esfera educacional. O estudo está baseado em revisão bibliográfica e análise documental, de onde se evidencia que mais de 60 milhões de brasileiros com 17 anos ou mais não concluíram a educação básica, dos quais, aproximadamente 30 milhões sequer chegaram ao final do ensino fundamental. Dessa forma, no Brasil, as pessoas chegam à fase da vida jovem e adulta com poucos anos de escolarização porque, as crianças estão entrando na escola, mas dela muitas se afastam antes de concluir o ensino fundamental. O estudo também evidencia que há um grande avanço referente aos indicadores de acesso ao ensino fundamental, pois já faz alguns anos que cerca de 97% das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos estão entrando na escola. Entretanto, anualmente, muitos não conseguem permanecer nessa etapa educacional. Assim, dados do Censo Escolar 2006 revelam que cerca de 2,5 milhões de estudantes do ensino fundamental (de um total de 33 milhões) não conseguiram continuar na educação escolar naquele ano. É nesse contexto que implementa-se o PROEJA, visando oferecer oportunidades educacionais a jovens e adultos que não finalizaram o ensino fundamental e àqueles que já o completaram, mas não concluíram nem o ensino médio nem um curso que os habilite em uma profissão técnica de nível médio. Diante desse quadro, enfrenta-se um novo desafio: a formação dos professores que atuam/atuarão nesse campo educacional. É nessa perspectiva que o CEFET/RN passou, então, a ofertar um curso de especialização voltado especificamente para a formação de profissionais dessa esfera educacional, sendo esse um dos pontos fundamentais para a transformação desse programa em uma política pública, conclui-se.

**Palavras-chave:** PROEJA. Formação de professores. Políticas públicas.

## 1. APRESENTANDO A TEMÁTICA

Dados oficiais revelam que existem mais de 60 milhões de brasileiros e brasileiras com 17 anos ou mais que não concluíram a educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), dentre os quais, aproximadamente 30 milhões sequer chegaram ao final do ensino fundamental. No que se refere ao analfabetismo, apesar do avanço das últimas décadas, cerca de 13% da população de 15 anos ou mais ainda não rompeu a barreira de saber ler, escrever e contar, ou seja, 14,4 milhões de brasileiros. Já as pessoas com 15 anos ou mais com até quatro anos de estudo, em 2006, eram aproximadamente 22,2%.

É preciso que nos perguntemos: por que isso acontece? As explicações são múltiplas e complexas e não nos é possível respondê-las completamente neste espaço, mas faremos algumas reflexões nessa direção.

O modelo de sociedade em que vivemos está planejado para que nem todos tenham acesso aos bens e aos direitos necessários à vida humana digna. Assim, é funcional à ideologia neoliberal que exista um grande número de pessoas à margem do sistema para que possam exercer uma constante pressão sobre os incluídos no sentido de que esses (os incluídos) sejam dóceis às regras do jogo. Como exemplo, podemos fazer um exercício de reflexão. Quando se abre um concurso público ou vagas de emprego na iniciativa privada, em qualquer nível, o que se observa, geralmente, é uma grande fila de interessados para poucas vagas. Os que ficam fora constituem o exército de reserva que estará constantemente pressionando os que estão dentro, de maneira que se esses (os que estão dentro) não aceitarem as regras do jogo há uma quantidade enorme de indivíduos na fila de espera dispostos a aceitar essas regras, posto que necessitam sobreviver. Importa compreender que isso não ocorre ao acaso, é planejado desde a racionalidade hegemônica para que seja assim, pois isso é funcional ao modelo vigente.

Nesse contexto, é *compreensível* que nem todos tenham direito à educação, à saúde, à segurança, à moradia, ao trabalho digno e a outros direitos consagrados formalmente pela Constituição Federal e demais instrumentos do ordenamento jurídico nacional. É estranhamente *compreensível* que os direitos legais não se convertam em direitos de fato.

Retomando a questão específica da educação, nos perguntávamos, no início do segundo parágrafo quando nos referíamos aos indicadores educacionais relacionados com a população jovem e adulta do país: por que isso acontece?

Bem, as pessoas chegam à fase da vida jovem e adulta com poucos anos de escolarização porque, dentre outros aspectos, as crianças estão entrando na escola, mas dela muitos se afastam antes de concluir o ensino fundamental. Na verdade, há um grande avanço no que se refere aos indicadores de acesso ao ensino fundamental, já faz alguns anos que cerca de 97% das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos entram na escola. Esse dado, por si só, revela uma melhoria do quadro educacional brasileiro, entretanto, mais de 2,5 milhões de estudantes do ensino fundamental (de um total de 33 milhões) não conseguem continuar na educação escolar em função de problemas dos sistemas de ensino e das condições socioeconômicas das famílias. No ensino médio o quadro é mais grave, pois apenas 51% dos jovens de 15 a 19 anos estão matriculados nessa etapa educacional, persistindo os demais problemas do ensino fundamental. Isso faz com que dos quase 9 milhões de matriculados nessa etapa, cerca de 1,5 milhões não consiga permanecer na escola a cada ano em nosso país, sendo considerados *evadidos*.

São esses adolescentes que, passados alguns anos, se dão conta da necessidade de voltar à educação formal com o intuito de ampliar sua escolarização, pois percebem a importância disso para sua vida em todas as dimensões, ou seja, no que se refere à participação social, política e econômica.

Esses números não podem esconder as pessoas que estão por detrás deles. São pessoas que vivem em um lugar; que produzem a própria existência e a da sociedade em que todos nós vivemos; que têm uma família; enfim, que têm projetos de vida e que esses estão fortemente comprometidos porque a sociedade lhes negou, dentre outros, o direito constitucional do acesso/permanência à educação escolar.

Por outro lado, é importante lembrar que esses dados, apesar de sua dureza, são bem melhores dos que as estatísticas de 20 ou 30 anos atrás. Todos esses indicadores estão melhorando nos últimos anos. Entretanto, como se vê, ainda há muito para avançar.

Compreendemos que a educação é um direito social que se concretiza a partir da ação pedagógica do educador tendo como base os princípios defendidos e reforçados pelo pensamento de Morin. Nesse entendimento, o conhecimento não é neutro nem atemporal, ele reflete os interesses específicos de grupos que o selecionam e o legitimam e tem como perspectiva a reconstrução de propostas que contemplem os elementos necessários à formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, pois segundo o mesmo

autor, “o conhecimentos das partes depende do conhecimento do todo, como o conhecimento do todo depende do conhecimento das partes. Por isso, em várias frentes do conhecimento, nasce uma concepção sistêmica, onde o todo não é redutível às partes. (MORIN, 2004, p. 88)

É nessa perspectiva que surge o Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, o qual visa oferecer oportunidades educacionais tanto a jovens e adultos que ainda não finalizaram o ensino fundamental, como àqueles que já o completaram, mas que não concluíram nem o ensino médio nem um curso que os habilite em uma profissão técnica de nível médio. Aqui trataremos apenas, da integração entre o ensino médio e os cursos técnicos de nível médio (ensino médio integrado na modalidade EJA).

Estudos convergem em que, na decisão de voltar à escola na fase jovem e adulta, prevalece a motivação econômica, a necessidade de melhorar as condições de (re)inserção no mundo do trabalho, mas é preciso que os sistemas de ensino e as unidades escolares compreendam que eles têm direito a muito mais. Têm direito a uma formação integral e que, portanto, contemple a dimensão econômica, mas também considere, da mesma forma, as dimensões política, social e cultural, o que exige uma formação que integre ciência, tecnologia, cultura e trabalho.

Assim, o PROEJA teve início em 2005, regulamentado pelo Decreto nº 5.478. Esse instrumento previa que os cursos fossem oferecidos apenas no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que inclui os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, as escolas técnicas vinculadas às universidades federais (no RN, pertencem a essa classificação a Escola de Música, a Escola de Enfermagem e a Escola Agrícola de Jundiá, todas vinculadas a UFRN) e as escolas agrotécnicas federais.

A sociedade em geral recebeu muito bem a iniciativa do governo federal em função do seu mérito, entretanto, essa regulamentação trazia muitas falhas quanto à (im)possibilidade de sua operacionalização. Desde aspectos de forma, como a falta de interlocução com o meio acadêmico antes de fazer valer a força de um Decreto na área educacional, principalmente, com as instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, as quais haviam sido convocadas a oferecer os cursos. Também não houve interlocução com os sistemas estaduais e municipais de ensino, nem tampouco com os trabalhadores. Quanto ao conteúdo, destaca-se a impossibilidade da Rede Federal de EPT, de forma isolada, contribuir de maneira efetiva para oferecer, qualitativa e quantitativamente, as vagas demandadas pelo quadro educacional brasileiro já evidenciado anteriormente. Para que se tenha uma idéia mais precisa dessa Rede, em 2006, não chegava a atender 100 mil estudantes. Além disso, até então, não havia atuado de forma sistemática na educação de jovens e adultos, de maneira que não dispunha (e ainda não dispõe em termos quantitativos) de quadro docente para fazer frente à demanda.

Foi nesse contexto, que o Ministério da Educação – MEC, reconhecendo tais equívocos criou um grupo de trabalho (GT) para estudar e propor medidas voltadas ao aperfeiçoamento do PROEJA. Como resultado do trabalho do mencionado GT, surge como principal proposta a de transformar o Programa em política pública, surgindo daí a necessidade de: ampliar o espectro de instituições que podem oferecer tais cursos, incluindo, dentre outros, os sistemas públicos dos estados e dos municípios brasileiros; formar professores no âmbito federal, estadual e municipal para atuar no ensino médio integrado na modalidade EJA; construir o novo campo do conhecimento por meio do incentivo à criação de grupos de pesquisa nas universidades públicas em regime de colaboração com os CEFET; contribuir para a efetivação do princípio constitucional que visa estabelecer o regime de colaboração entre os sistemas de ensino para concretizar as ofertas educacionais; atribuir à Rede Federal de EPT e às universidades federais o papel mais estratégico nesse regime de colaboração com os estados e municípios: formação de professores e de pesquisadores em processos integrados; produção do conhecimento; e oferecimento do maior número de vagas possível no ensino médio integrado na modalidade EJA.

Esse movimento produziu um novo marco legal, o Decreto nº 5.840/2006, o qual contemplou grande parte das medidas propostas pelo aludido GT e esse marco vem produzindo movimentos interessantes do ponto de vista educacional em nosso país.

Os cursos se constituem em grandes desafios, pois devem propiciar aos estudantes o acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos e acumulados historicamente pela humanidade. Nesse sentido, há muitas perguntas que estão sendo elaboradas e tentando-se responder ao mesmo tempo: como construir um currículo integrado considerando as especificidades de público tão diverso? Quais os instrumentos para reconhecimento dos saberes adquiridos em espaços não-formais de aprendizagem? Qual o material didático apropriado para utilizar em cursos que integram ensino médio e

cursos técnicos, na modalidade EJA? Como deve ocorrer a formação dos professores (em que espaço, com qual conteúdo, com qual duração, em que nível etc.) que atuam/atuarão nesses processos educacionais?

Nesse sentido, podemos destacar três grandes movimentos no sentido de contribuir para a transformação do PROEJA em política pública educacional. Um deles é a própria oferta de ensino médio integrado na modalidade EJA que, gradativamente, está sendo implantada no âmbito da Rede Federal de EPT e em alguns sistemas estaduais. É um movimento tímido, com idas e vindas, avanços e equívocos, ainda marcados pela pressa inicial de implantar os cursos, mesmo sem todas as condições necessárias. Como exemplos, podemos citar a falta de professores com a necessária formação, como também a falta de estudos que pudessem balizar os mecanismos mais adequados para a seleção dos candidatos às vagas do PROEJA, ambas contribuindo para que seja elevada a evasão nos cursos. De qualquer maneira, esse está sendo um importante movimento na direção de construir a política. O CEFET-RN não está imune a todas essas questões. Mesmo assim, cabe destacar que no último dia 17/05/2008 ocorreu a solenidade de formatura de sua primeira turma de PROEJA, no Centro de Treinamento do MST Patativa do Assaré, localizado em Ceará-Mirim, no prédio em que por muitos não funcionou o Colégio Agrícola de Ceará-Mirim, uma vez que o curso ocorreu em regime de colaboração entre o CEFET-RN e o MDA/INCRA, tendo como beneficiários integrantes do MST e pequenos agricultores, no âmbito do PRONERA, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Além disso, o CEFET-RN também está oferecendo cursos no âmbito do PROEJA nas unidades Natal/Zona Norte, Mossoró, Ipananguçu e Curais Novos.

Outro movimento é a formação de professores dos sistemas federal, dos estados e dos municípios, por meio de cursos de especialização especificamente voltados para atuação no PROEJA. Atualmente está em marcha o segundo ciclo desses cursos. O primeiro ocorreu entre 2006 e 2007, em 15 pólos no país, a maioria nos CEFET, sendo que o CEFET-RN foi um desses pólos. Nessa primeira fase formaram-se cerca de 1.500 docentes e gestores, sendo 92 no Rio Grande do Norte, distribuídos em Natal e Mossoró. Como um dos resultados do primeiro curso de especialização oferecido no pólo CEFET-RN, foi recentemente publicado um livro intitulado **Formação de Educadores para o PROEJA: intervir para integrar**, cujos capítulos foram produzidos pelos docentes-formadores e docentes-estudantes envolvidos e evidenciam o resultado de reflexões teórico-práticas propositivas a respeito da integração do ensino médio com a educação profissional e a educação de jovens e adultos, áreas que historicamente, têm sido abordadas separadamente. Este livro, portanto, constitui-se em um testemunho das discussões teóricas realizadas durante o curso e mostra que é necessário urgentemente, com está dito no título, intervir para integrar essas áreas do conhecimento. No segundo ciclo formativo, iniciado em 2007, os pólos foram ampliados para 21, de maneira estão sendo formados 2.600 docentes e gestores com a conclusão prevista para final deste ano. No pólo CEFET-RN, estão sendo formados 100 profissionais distribuídos em Natal, Mossoró e Curais Novos.

O terceiro movimento refere-se às ações decorrentes do Edital PROEJA-CAPES/SETEC Nº 03/2006, destinado a estimular a realização de projetos conjuntos de pesquisa entre universidades federais e CEFETs, com a utilização de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em diferentes instituições de educação superior, incluída a Rede Federal de EPT. Essa ação visa à produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de pessoal pós-graduado em educação profissional integrada à educação de jovens e adultos, contribuindo, assim, para desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro na área. A partir desse Edital, foram selecionados 9 projetos provenientes de consórcios entre universidades federais e CEFETs, os quais se encontram em execução. Nesse âmbito já foram concedidas 18 bolsas de mestrado e 9 de doutorado.

É preciso destacar que tais movimentos, necessários e importantes, não são suficientes para elevar o PROEJA ao nível de política pública educacional. Para tal é necessário construir e assumir concepções e princípios que fundamentem o ensino médio integrado na modalidade EJA no país, assim como projetos político-educacionais que transformem essas concepções e princípios em ações educacionais concretas. Para que isso ocorra é fundamental levar à prática uma efetiva cooperação entre as esferas de governo; é preciso implementar uma política de formação de professores; é preciso que as escolas onde ocorre/vai ocorrer esta formação tenha adequada infra-estrutura física, bibliotecas, laboratórios, salas de aula, ambientes para atividades artísticas, desportivas e culturais etc. Evidentemente, para que o conjunto dessas necessidades sejam atendidas não é possível que os níveis de financiamento público permaneçam nos padrões atuais em que apenas cerca de 4% do PIB é investido em educação, urge elevar esse percentual para um patamar da ordem de ao menos, 7%.

Apoiada em fragmentos da caracterização dos estudantes da turma que já concluiu o ensino técnico em Controle Ambiental – turma do convênio CEFET-RN / MST/MDA/INCRA – de acordo com Henrique *et all* (2007, p. 143 e 144) ao entrar no curso,

Os alunos apresentam perfis muito diversificados, tanto no que se refere a conhecimentos específicos dos conteúdos, quanto a domínio da própria língua. Assim, alguns encontram-se ainda na fase pré-silábica, confundindo a pronúncia de letras e de sílabas e soletrando cada sílaba para só então pronunciar as palavras; outros já conseguem ler frases inteiras, mas não parecem compreender o que estão lendo; outros ainda lêem e compreendem pequenos trechos, mas apenas num nível muito superficial; outros, porém, conseguem ler, compreender e interpretar textos curtos de vocabulários simples; outros, finalmente, lêem, compreendem, interpretam, fazem analogia e discutem com segurança idéias e textos de um maior grau de complexidade.

Diante desses fragmentos denunciadores devemos buscar caminhos que possibilitem a elaboração de propostas curriculares, de material didático compatível com as necessidades dos estudantes, a adoção de estratégias de ensino com vistas a possibilitar o desenvolvimento das capacidades dos estudantes no sentido da elevação do nível de escolaridade e da compreensão da realidade em que esse estudante está inserido.

Essa concepção reforça a nossa compreensão de currículo, entendido como uma construção social que se concretiza a partir da ação pedagógica do educador tendo base nos objetivos e na função social da escola. Nessa perspectiva, segundo Ferreira(2004) o currículo adota algumas questões metodológicas tais como: a problematização de princípios e possíveis soluções; o desenvolvimento de um pensamento complexo e a busca da unidade pela via da transdisciplinaridade. Um currículo organizado dessa forma vai possibilitar aos estudantes uma melhor compreensão da realidade e uma integração entre saber e vida.

A esse propósito Paulo Freire (1987, p. 70) coloca que "quanto mais se problematizam os educandos como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados". Nesse sentido, a possibilidade de trabalhar um currículo permeado por essas concepções semeia condições para o desenvolvimento de processos sociais e a escola consolida-se como espaço formativo e informativo de construção e reconstrução do saber.

Assim, a organização curricular não está dada *a priori*. Essa é uma construção contínua, processual e coletiva que envolve todos os sujeitos que participam da escola. A respeito da organização curricular, considera-se que a EJA abre possibilidades de superação de modelos curriculares tradicionais, disciplinares e rígidos. A desconstrução e construção de modelos curriculares e metodológicos, observando as necessidades de contextualização frente à realidade do educando, promovem a ressignificação de seu cotidiano. Essa concepção permite a abordagem de conteúdos e práticas inter e transdisciplinares, a utilização de metodologias dinâmicas, promovendo a valorização dos saberes adquiridos em espaços de educação não-formal, além do respeito à diversidade.

## 2. TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para finalizar e retomando os dados apresentados inicialmente acerca do panorama da educação básica brasileira é preciso compreender a necessidade de conciliar duas políticas estruturantes e estratégicas. Uma delas refere-se a garantir que os jovens e adultos desse país que não concluíram a educação básica possam concluí-la com qualidade. A outra consiste na necessidade de garantir o direito aos filhos de todas as famílias, independentemente da origem socioeconômica, o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica numa perspectiva que integre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, com qualidade para os jovens e adolescentes.

Se essas duas políticas não forem executadas de forma integrada, corre-se o risco de não estancar a situação atual, na qual a cada ano se *produzem* quase quatro milhões de sujeitos que no futuro vão recorrer à modalidade EJA para resgatar um direito que lhe foi negado anteriormente.

É, portanto, a universalização do acesso com aprendizado, permanência e conclusão da educação básica na adolescência que poderá descolar a função da EJA para um patamar mais elevado. Nesse sentido, a educação de jovens e adultos poderá assumir outro papel, pois ao invés de se destinar à educação básica poderá centrar-se na formação continuada da classe trabalhadora e, portanto, na capacitação com vistas ao exercício de atividades mais complexas dentre as profissões técnicas de nível médio e, inclusive, como forma

de contribuir para o acesso à educação superior. Claro que, para alcançar esse estágio, algumas décadas serão necessárias. Mas, para que isso ocorra mesmo em um momento do futuro impossível de ser previsto agora, é necessário que políticas como as aqui tratadas sejam efetivamente construídas e postas em prática.

Por fim é preciso erigir a educação como um direito social, democratizar o acesso e a permanência do estudante como sinal de qualidade social traduzida em qualidade de ensino que exige do educador uma capacitação permanente que envolve a dimensão pedagógica de ensinar, a democratização da relação professor –estudante, a democratização da relação dos educadores entre si e com as instâncias gestoras e, acima de tudo, a democratização do saber com uma sólida base de educação científica e tecnológica e uma formação de cidadania e solidariedade de classe social.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto Nº 5.478**, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, DF: 24 de junho de 2005.

\_\_\_\_\_. Congresso nacional. **Decreto Nº 5.840**, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, DF: 13 de julho de 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FERREIRA, Maria Salomilde. O currículo e sua trama. IN: **Currículo como artefato social**. 2 ed. Natal: EDUFRRN, 2004.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento; OLIVEIRA, Leonor de Araújo; PEREIRA, Sandra Borba. Ações metodológicas em língua portuguesa para alcançar a função equalizadora da EJA: o caso do curso técnico em controle ambiental na modalidade EJA. IN: **Formação de educadores para o PROEJA**: intervir para integrar. Natal: CEFET-RN, 2007. (p.143a144)

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.